**MODELO DE REQUERIMENTO**

**À Câmara Administrativa de Solução de Conflitos – CASC DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, [pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_] ou [estado civil, naturalidade, profissão, inscrição no RG n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrição no CPF n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_], [ sito na Rua] ou [residente e domiciliado na Rua] \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, *e-mail* \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representado por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrição na OAB/MS n. \_\_\_\_\_\_\_\_, vem à presença desta Câmara, requerer a instauração de procedimento de solução de conflito, com fundamento no artigo 21-A da Lei Complementar nº 95, de 26 de Dezembro de 2001 e na Resolução/PGE/MS Nº 362, de 26 de janeiro de 2022, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

Tratam os presentes sobre [processo administrativo n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_] e/ou [autos judiciais n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_],

ou [fato \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_],

cuja controvérsia cinge-se à/ao \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Requer-se, assim, a instauração de procedimento de solução de conflito, realizando-se a proposta de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Nos termos do artigo 17, §1º, inciso V, da Resolução/PGE/MS Nº 362, de 26 de janeiro de 2022, declaro [ a existência do processo judicial nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_] ou [ a inexistência de processo judicial] sobre a matéria objeto de conflito.

Nos termos do artigo 17, §1º, inciso VI, da Resolução/PGE/MS Nº 362, de 26 de janeiro de 2022, concordo com a confidencialidade do processo de acordo e renuncio da utilização das tratativas como meio de prova.

Termos em que, pede deferimento.

OAB n.